ASSOCIAÇÃO
PRÓ-INFÂNCIA
NUNO ÁLVARES

Relatório e Contas 2018

ASSOCIAÇÃO PRÓ-INFÂNCIA NUNO ÁLVARES

Relatório e Contas 2018 - Índice

1. Introdução

2. Dinâmica associativa

3. A Escola Infantil

- **3.1. Ação educativa**
- **3.2. Equipa educativa**
- **3.3. Envolvimento dos pais**
- **3.4. Parcerias institucionais**
- **3.5. Comunicação e imagem**

4. Gestão financeira e sustentabilidade

5. Conclusão

Relatório e Contas 2018

1. Introdução

São invulgares as circunstâncias em que este Relatório e Contas 2018 é apresentado. No mês de fevereiro 2019, e após um período de maior incomunicação com um grupo maioritário de associados, teve lugar a destituição da então Direção da APINA, dando passagem a uma Comissão de Gestão, que no mês seguinte aprovou uma versão previsional deste documento. No entanto, um conjunto de quatro associados, não conformes com tal ação, interpuseram uma providência cautelar no Tribunal Cível de Santo Tirso, que suspendeu em abril desse ano a acção da Comissão. Com autorização do tribunal para pagar salários desde maio e recuperar toda a gestão em julho, só em outubro teve início o juízo, com final já em janeiro de 2020 a favor da continuidade da Comissão. Foram então convocadas eleições para eleger uma Direção de pleno direito, o que viria a acontecer em março 2020. Logo chegaram as restrições devidas ao Covid-19, pelo que só agora, em julho 2020, se dá lugar à discussão e aprovação do Relatório e Contas 2018.

Sendo apresentado um ano e seis meses depois dos factos a que se refere, o Relatório tem assim as limitações próprias da distância temporal, a par com o facto de vários dos intervenientes principais já não estarem ligados à Associação. Tenta ainda assim uma síntese dos factos mais importantes desse ano, a par com o rigor das contas (que em março de 2019 não puderam ser apresentadas na sua versão final, por faltarem os dados do último trimestre 2018 por "baixa médica" prolongada da Contabilista Certificada, situação que ainda se prolongou durante os meses seguintes).

2. Dinâmica associativa

Era muita reduzida, em anos anteriores, a vida associativa da APINA. A Direção tinha o seu trabalho muito centralizado em apenas alguns elementos, havendo outros sem participação ativa. Embora todos os pais da Escola Infantil fossem associados da APINA, com o pagamento da quota anual aquando da matrícula, também a sua presença era quase nula nas Assembleias Gerais.

Foi no entanto no primeiro semestre de 2018 que a dinâmica associativa começou a mudar, em parte devido a alguma instabilidade interna na Escola Infantil, que começou a mobilizar alguns pais. A tensão entre vários deles e a Direção foi-se agravando, a par com a persistência de questões pedagógicas sem resolver e com algum hermetismo sobre as questões associativas (recusa em fornecer a lista de associados e o protocolo com o Colégio das Caldinhas, alguma falta de transparência na apresentação de contas, etc.). Em novembro de 2018 houve um agravamento dessa "dificuldade de comunicação", e no início do ano seguinte, após uma última tentativa infrutífera de diálogo, dar-se-ia a já mencionada destituição da Direção.

3. A Escola Infantil

Passando agora para o funcionamento da Escola Infantil, as crianças foram ainda assim "salvaguardadas" deste ambiente menos tranquilo entre os adultos. Apesar de várias questões pedagógicas e disciplinares por resolver, é de reconhecer à equipa o esforço para que o bem-estar e desenvolvimento das crianças não fosse afetado. A Direção Técnica-Pedagógica estava entregue a uma Educadora responsável de sala (ajudada por duas assistentes educativas), mas que a partir do Verão passou a dedicar-se ao cargo a tempo inteiro (e que por altura do Natal entrou em "baixa médica" prolongada, fruto de um acidente de trabalho).

3.1. Ação educativa

A escola terminou o ano escolar 2017/18 com um total de 83 crianças, distribuídas por 32 na creche e 51 no pré-escolar, tendo havido 4 anulações de matrícula durante esse ano. O ano escolar seguinte começou bem, chegando a haver 86 crianças, mas um número maior de anulações fez com que o ano escolar 2018/19 terminasse com 74 crianças (32 na creche e 42 no pré-escolar). Há que salientar que o Acordo de Cooperação entre a APINA e a Seg. Social prevê uma comparticipação financeira para 15 crianças na sala dos 2 anos e 70 crianças no pré-escolar, estando a Escola Infantil bastante abaixo desse número.

A escola tem tido planos de atividades mais ou menos semelhantes de ano para ano, não tendo o ano de 2018 sido excepção.

3.2. Equipa educativa

A nível de equipa, o ano de 2018 assistiu a várias mudanças, tendo saído por livre iniciativa uma educadora e uma auxiliar devido ao ambiente difícil vivido (e dando-se em seguida a sua substituição). O ambiente entre a equipa viu-se também perturbado por alguns episódios com crianças que deram origem a processos disciplinares, sem ser claro que todos tenham sido resolvidos de forma justa. Daí também uma aproximação preocupada dos pais à gestão da equipa educativa.

3.3. Envolvimento dos pais

Para além das questões anteriores, foi havendo ao longo do ano alguma insatisfação com algumas questões pedagógicas, que os pais pediam para ser resolvidas. Também a comunicação da escola com os pais era considerada deficiente por alguns.

Foi no último trimestre do ano que surgiram as figuras de “representantes de sala”, 2 encarregados de educação que levariam à direção as questões das salas que representavam, e que em conjunto abordariam igualmente questões ligadas à escola. Esta organização acabou por estar bastante ativa no final do ano e recomeço do ano seguinte.

3.4. Parcerias institucionais

O parceiro por excelência da APINA é o Colégio das Caldinhas, com quem tem um contrato de comodato (para utilização gratuita dos espaços) e um protocolo de colaboração (já se recorre a muitos dos seus serviços, como seja a secretaria e tesouraria, contabilidade, gabinete social, refeitório, informática, manutenção e ainda gabinete de primeiros socorros). Durante os últimos anos a Direção da APINA foi composta por elementos ligados ao colégio, alguns deles com escassa presença na gestão da escola.

Quanto à Segurança Social, a APINA tem Acordo de Cooperação com o Centro Distrital de Braga. Há o registo de uma visita feita em outubro 2018, que destacou como positivo o ambiente da escola mas apontando também um conjunto grande de falhas documentais, a serem rapidamente corrigidas. Um mês depois, a Segurança Social insistia no envio dos documentos em falta.

A par da Segurança Social, o pré-escolar é co-tutelado também pelo Ministério da Educação, por parte da DGEstE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares). Existe constância de uma comunicação da DGEstE à escola em 2015 ainda a aguardar resposta, pelo que a articulação seria provavelmente reduzida ou nula.

Em tempos idos havia uma relação forte com a Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, nomeadamente a nível de colocação de estagiárias e também de formação, mas parece que essa relação se terá ido diluindo. Não existe constância de outras parcerias significativas.

3.5. Comunicação e imagem

Desde há anos que a escola recorre aos mails como meio de comunicação privilegiado com os pais. Existe o site com área reservada organizada por sala, e as salas de 0 e 1 ano têm ainda uma aplicação informática adicional de monitorização dos bebés.

Quanto ao marketing da escola, houve um esforço publicitário aquando da inauguração do bercário, no verão de 2016, com produção de alguns materiais, logotipo e "claim" ("a felicidade constrói-se desde a infância"), cujo material permanecia presente em 2018. É inexistente a publicidade fora.

4. Gestão financeira e sustentabilidade

Passando agora para uma análise financeira breve (que as Demonstrações Financeiras explicam com maior detalhe), o ano de 2018 viu a Escola Infantil ter um "deficit" anual de c.72 mil Euros, o que representa um aumento significativo desde o ano anterior (c.41 mil Euros em 2017), e um valor acumulado de "deficit" de c.145 mil Euros.

Vários são os fatores que contribuem para este resultado, mas destacam-se dois. Por um lado, a inexistência de Acordo de Cooperação com a Segurança Social para as salas de 0 e 1 ano, sendo que o cálculo das mensalidades é feito como se tivesse (o que implica que é a APINA que está a custear esse "diferencial"; sendo o valor de comparticipação para a creche de c.270 Euros por criança/mês, representando uma perda potencial de c.65 mil Euros por ano). Só em 2019, com a chegada da Comissão de Gestão, se percebeu que aquelas duas salas, construídas em 2016 e custando (segundo as DF) c.160 mil Euros, não estavam legalizadas como era feito crer, nem são passíveis de licenciamento, pelo facto de algumas exigências significativas da Portaria 262/2011, que regulamenta os espaços de creche, não terem sido cumpridas. Será provavelmente esta a explicação para a não candidatura ao PROCOOP de 2017 e pelo abandono da candidatura em 2018.

O outro factor significativo tem a ver com o facto do pré-escolar durante 2018 ter tido bastante menos alunos do que os previstos em Acordo (51 em 2017/18 e 42 em 2018/19, sendo o Acordo para 70 crianças), o que faz com que um valor significativo (c. 180 Euros / criança) fique por entrar. O facto deste numero permanecer persistentemente abaixo do acordo tem o "perigo" de que a Seg. Social baixe unilateralmente o valor do acordo, processo que aliás já esteve para acontecer. Tampouco ajudou a irregularidade com que as comunicações mensais à Seg. Social foram sendo tratadas, o que provocou uma oscilação no valor mensal recebido e um acumular do "valor a restituir" (uma vez que, não comunicando, a Seg. Social pagava o valor máximo) que seria retificado na sua totalidade em 2019.

Outros destaques são ainda a entrada (rubrica 7.2) de c.32 mil Euros do PEDEPE - Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, que permite compensar os salários elevados das educadoras mais

antigas, assim como o aumento da verba recebida dos pais (13.1, de c.128 mil Euros para c.140 mil Euros), o aumento ligeiro dos Fornecimentos e Serviços Externos (13.2.,de c.114 mil Euros para c.118 mil Euros), e ainda o aumento ligeiro dos gastos com Recursos Humanos (13.3, de c.257 mil Euros para 271 mil Euros)

Em síntese, a situação financeira da APINA, com o deficit acumulado de c. 135 mil Euros e um histórico recente de "estar no vermelho", necessita de uma intervenção vigorosa e intencional, de forma a reverter a tendência. A situação só é possível, como se poderá compreender, pelo facto da APINA ter "por detrás" o Colégio das Caldinhas, que vai acumulando créditos em relação à associação.

5. Conclusão

E assim damos por terminado o Relatório e Contas 2018. Pese às dificuldades associativas e organizacionais atravessadas em 2018 (e que implicarão uma mudança significativa em 2019), a Escola Infantil revela um bom potencial "de base" (cuidado e carinho com as crianças, ligação afetiva forte de muitos pais com a escola - também pelo facto de muitos deles terem sido antigos alunos, dedicação e experiência de parte da equipa educativa, o espaço físico da escola e a envolvente do Colégio, etc.), mas que tem que ser bem organizado e financeiramente equilibrado. Esse era o grande desafio com que a associação se deparava à entrada de 2019.

Direcção APINA
30 de julho 2020

ASSOCIAÇÃO
PRÓ-INFÂNCIA
NUNO ÁLVARES

Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2018

1. Balanço
2. Demonstração de Resultados por Natureza
3. Demonstração de Resultados por Funções
4. Demonstração dos Fluxos de Caixa
5. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

1. Balanço

Associação Pró-Infância Nuno Alvares

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas 2018	Datas 2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	96.804,50	96.889,34
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	5	379,11	191,00
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		97.183,61	97.080,34
Ativo corrente			
Inventários	6	7.097,20	6.670,00
Clientes	7.1	5.797,52	2.712,71
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	7.2	32.542,60	35.904,33
Diferimentos	7.3	-	252,19
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	4	2.183,62	3.551,81
Subtotal		47.620,94	49.091,04
Total do Ativo		**144.804,55**	**146.171,38**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	8	1.570,04	1.570,04
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	8	(74.130,51)	(32.951,24)
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado Líquido do período	8	(72.790,93)	(41.179,27)
Total do fundo do capital		(145.351,40)	(72.560,47)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	10.1	73.428,36	37.513,99
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	11	12.930,06	13.767,92
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	10.3	4.859,77	4.171,05
Outras contas a pagar	10.2	198.937,76	163.278,89
Outros passivos financeiros			
Subtotal		290.155,95	218.731,85
Total do passivo		290.155,95	218.731,85
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**144.804,55**	**146.171,38**

Caldas da Saúde, 29 de Outubro 2019

A Contabilista Certificada

A Direção

2. Demonstração de Resultados por Natureza

Associação Pró-Infância Nuno Alvares

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	13.1	140.772,62	128.570,76
Subsídios, doações e legados à exploração	9	186.194,98	205.977,72
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(2.529,72)	(2.263,02)
Fornecimentos e serviços externos	13.2	(118.482,36)	(114.832,04)
Gastos com o pessoal	13.3	(271.954,51)	(257.335,99)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7,1	(408,18)	-
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	13.4	327,34	3.500,00
Outros gastos e perdas	13.5	(1.989,41)	(198,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(68.069,24)	(36.580,57)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(4.721,69)	(4.598,70)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(72.790,93)	(41.179,27)
Juros e rendimentos similares obtidos	13.6	-	-
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		(72.790,93)	(41.179,27)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período	8	**(72.790,93)**	**(41.179,27)**

Caldas da Saúde, 29 de Outubro 2019

A Contabilista Certificada

Filipa Silva

A Direção

Carla Cruz

Fernanda Gil Quintela

3. Demonstração de Resultados por Funções

Associação Pró-Infância Nuno Alvares

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Actividade A	Actividade B	PERÍODOS	
				2018	2017
Vendas e serviços prestados	13.1	26.590,38	114.182,24	140.772,62	112.355,62
Custo das vendas e dos serviços prestados	6/13	(75.118,90)	(322.900,46)	(398.019,36)	(339.184,71)
Resultado bruto		(48.528,51)	(208.718,23)	(257.246,74)	(226.829,09)
Outros rendimentos	9	35.231,99	151.290,33	186.522,32	181.146,97
Gastos de distribuição				-	-
Gastos administrativos				-	-
Gastos de investigação e desenvolvimento				-	-
Outros gastos	13.5	(375,78)	(1.613,63)	(1.989,41)	(5.560,16)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(13.672,30)	(59.041,53)	(72.713,83)	(51.242,28)
Gastos de financiamento (líquidos)	13.6	-	-	-	4,41
Resultados antes de impostos		(13.672,30)	(59.041,53)	(72.713,83)	51.237,87
Imposto sobre o rendimento do período					
Resultado líquido do período	8	(13.672,30)	(59.041,53)	(72.713,83)	(51.237,87)

Caldas da Saúde, 29 de Outubro 2019

A Contabilista Certificada

A Direção

4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Associação Pró-Infância Nuno Alvares

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes	7	143.576,89	127.765,11
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores	10	(84.917,88)	(81.108,02)
Pagamentos ao pessoal	13.3	(272.237,60)	(250.261,79)
Caixa gerada pelas operações		(213.578,59)	(203.604,70)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos	9	153.397,90	204.279,72
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(60.180,69)	675,02
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	18.433,39	(861,51)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	5	379,11	-
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		18.812,50	(861,51)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento	10,02	40.000,00	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		40.000,00	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(1.368,19)	(186,49)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	3.551,81	3.738,30
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	**2.183,62**	**3.551,81**

Caldas da Saúde, 29 de Outubro 2019

A Contabilista Certificada

Filipa Silva

A Direção

5. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Associação Pró-Infância Nuno Alvares

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2018

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	8	1.570,04	-	-	(32.951,24)	-	-	-	(41.179,27)	-	-	(72.560,47)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo refrencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis													
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Aplicação do resultado líquido do período anterior		8				(41.179,27)				41.179,27			-
	2		1.570,04	-	-	(74.130,51)	-	-	-	-	-	-	(72.560,47)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	8								(72.790,93)			(72.790,93)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3									(72.790,93)	-	-	(72.790,93)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos													
Subsídios, doações e legados													
Outras operações													
	5	8	-	-	-	-	-	-	-	(72.790,93)	-	-	(72.790,93)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	6=1+2+3+4		**1.570,04**	-	-	**(74.130,51)**	-	-	-	**(72.790,93)**	-	-	**(145.351,40)**

Caldas da Saúde, 29 de Outubro 2019

A Contabilista Certificada

A Direção

Associação Pró-Infância Nuno Alvares

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	8	1.570,04	-	-	18.286,63	-	-	-	(51.237,87)	-	-	(31.381,20)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo refrencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis													
Excedentes de realização do excecente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Aplicação do resultado liquico do periodo anterior		8				(51.237,87)				51.237,87			-
	7		1.570,04	-	-	(32.951,24)	-	-	-	-	-	-	(31.381,20)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	8								(41.179,27)			(41.179,27)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8									(41.179,27)	-	-	(41.179,27)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NC PERÍODO													
Fundos													
Subsídios, doações e legados													
Outras operações													
	10	8	-	-	-	-	-	-	-	(41.179,27)	-	-	(41.179,27)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6+7+8+10		**1.570,04**	-	-	**(32.951,24)**	-	-	-	**(41.179,27)**	-	-	**(72.560,47)**

Caldas da Saúde, 29 de Outubro 2019

A Contabilista Certificada

A Direção

ASSOCIAÇÃO
PRÓ-INFÂNCIA
NUNO ÁLVARES

Anexo às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Associação Pró-Infância Nuno Alvares é uma Associação sem fins lucrativos, com sede em Areias, Caldas da Saúde, constituída em 8 de Outubro de 1978. Enquanto entidade integrante do Complexo Educativo do Colégio das Caldinhas, as respostas sociais da Associação Pró-Infância Nuno Alvares prosseguem os seus fins últimos, procurando formar os seus alunos como homens autênticos para e com os outros, proporcionando-lhes o crescimento harmonioso na sua tríplice dimensão, Pessoal, Social e Religiosa conjuntamente com a preparação da criança com vista a sua integração no sistema de escolaridade obrigatório.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2012 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Diretrizes Contabilísticas e outra legislação complementar) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Note-se porém que para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas de Devedores e credores por acréscimos e Diferimentos.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando

ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgava, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2016 encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, ou seja, quando os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias, e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	8-20
Equipamento básico	10-16

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando aplicável.

3.2.2. Inventários

Os Inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido, sendo que, o custo de aquisição compreende o preço de compra de um bem e todos os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado e condição atual. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.3. Utentes e Outras Contas a Receber

Os Clientes e as Outras Contas a Receber encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As Perdas por Imparidade são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado à data do balanço tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

3.2.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica Caixa e depósitos bancários incluem a caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco de flutuações de valor.

3.2.5. Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As dívidas registadas em Fornecedores e Outras Contas a Pagar são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Julgamento e Estimativas

A entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados na preparação das demonstrações financeiras. Todas as estimativas e pressupostas efetuadas pelo órgão de gestão foram realizadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) *"As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

3.2.8. Rédito

O rédito da venda dos bens e prestação de serviços é mensurado líquido de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber, e é reconhecido como segue:

- O rédito das vendas é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador;
- O rédito das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase dos serviços prestados.

O rédito proveniente das quotizações é considerado como prestação de serviços.

3.2.9. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos. Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

3.2.10. Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos provenientes de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

3.2.11. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A desagregação de caixa e seus equivalentes é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Numerário	40,57	39,19
Depósitos à ordem	2.143,05	3.512,62
	2.183,62	3.512,62

5. Ativos Fixos Tangíveis

Durante o exercício, o movimento ocorrido no valor de custo dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações foi o seguinte:

		Equipamentos			
Custo de aquisição ou reavaliação	Edifícios	Básico	Administ.	Outros A.F.T.	Total
Saldo em 01/01/2017	73.349,31	21.035,70	3.445,33	693,81	98.524,15
Adições	306,52	554,99	-	-	861,51
Transferências	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2017	73.655,83	21.590,69	3.445,33	693,81	99.385,66

Depreciações Acum. imparidades	Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamentos Administ.	Outros A.F.T.	Total
Saldo em 01/01/2017	(1.756,93)	(7.853,78)	(3.445,33)	(693,81)	(13.749,85)
Depreciações do exercício	(3.743,00)	(855,70)	-	-	(4.598,70)
Abates	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2017	(5.499,93)	(8.709,48)	(3.445,33)	(693,81)	(18.348,55)
Valor líquido	68.155,90	12.881,21	0,00	0,00	81.037,11

Custo de aquisição ou reavaliação	Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamentos Administ.	Outros A.F.T.	Total
Saldo em 01/01/2018	73.655,83	21.590,69	3.445,33	693,81	99.385,66
Adições	-	4.636,85	-	-	4.636,85
Transferências	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	73.655,83	26.227,54	3.445,33	693,81	104.022,51

Depreciações Acum. imparidades	Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamentos Administ.	Outros A.F.T.	Total
Saldo em 01/01/2018	(5.499,93)	(8.709,48)	(3.445,33)	(693,81)	(18.348,55)
Depreciações do exercício	(3.748,11)	(973,58)	-	-	(4.721,69)
Abates	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	(9.248,04)	(9.683,06)	(3.445,33)	(693,81)	(23.070,24)
Valor líquido	64.407,78	16.544,48	0,00	0,00	80.952,27

Estão registados como investimentos em curso de Ativos Fixos Tangíveis o montante de 15.852,23 euros relativos aos investimentos que estão a ser desenvolvidos na Quinta Pedagógica, totalizando um valor liquido no final de 2018 de 96.804,50 euros.
Relativamente aos investimentos financeiros dizem respeito principalmente aos fundos de garantia dos trabalhadores ascendem a 379,11 euros a 31 de dezembro de 2018.

6. Inventários

O detalhe dos inventários no final dos exercícios de 2016 e 2015, apresenta-se no seguinte quadro:

	31/12/2018	31/12/2017
Mercadorias	7.097,20	6.670,00
Perdas por imparidades acumuladas	-	-
	7.097,20	6.670,00

A quantia dos inventários é escriturada pelo custo corrente.

O detalhe do custo das mercadorias vendidas apresenta-se da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Existências iniciais	6.670,00	7.496,99
Compras	2.956,92	1.436,03
Regularizações		
Existências finais	(7.097,20)	(6.670,00)
C.M.V.M.C.	2.529,72	2.263,03

7. Clientes e Outras Contas a Receber

7.1. Clientes

O detalhe dos clientes no final dos exercícios de 2017 e 2018, apresentam-se no quadro seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Clientes e utentes, c/c	9.617,02	6.124,03
Perdas por imparidade acumuladas	(3.819,50)	(3.411,32)
	5.797,52	2.712,71

A introdução de alterações ao nível do procedimento para o pagamento de mensalidades e comparticipações Familiares, desde Setembro de 2011, tem permitido observar uma tendência positiva nesta rubrica. As imparidades evidenciam casos sociais, de situações especiais, previstas regulamentarmente e com acompanhamento dos Serviços de Ação Social da entidade, sendo as já referidas em períodos anteriores.

Relativamente antiguidade dos saldos de clientes destaca-se o seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Clientes em mora:		
Utentes, c/c		
Menos de 30 dias	2.034,19	0,00
Entre 31 e 60 dias	0,00	1.684,56
Entre 61 e 90 dias	0,00	0,00
Entre 91 e 120 dias	1.398,66	0,00
Mais de 120 dias	6.184,17	4.439,47
	9.617,02	6.124,03

7.2. Outras Contas a Receber

A rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos compõe-se por a estimativa do valor a receber da candidatura PEDEP - Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar referente ao ano 2017/2018.

	31/12/2018	31/12/2017
Devedores por acréscimos de Rend.	-	-
PEDEP 2017/2018	32.260,56	34.715,40
	32.260,56	34.715,40

7.3. Diferimento de Ativos

O saldo desta conta é composto por valores pagos pela entidade, cujo gasto só deve ser reconhecido em períodos futuros. Estão incluídos verbas como o pagamento de seguros.

	31/12/2018	31/12/2017
Gastos a reconhecer	-	252,19

8. Fundo Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o fundo patrimonial da entidade tinha a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Fundos Próprios	1.570,04	1.570,04
Resultado Transitados	(74.130,51)	(32.951,24)
Resultado Líquido do Exercício	(72.740,93)	(41.179,27)
	(145.351,40)	(72.560,47)

Os resultados transitados não apresentam os valores resultantes da conversão das contas de acordo com as NCRF-ESNL , conforme se detalhe no quadro seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Por conversão ao SNL	-	-
Resultados transitados	(74.130,51)	(32.951,24)
	(74.130,51)	(32.951,24)

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A entidade tem celebrado um acordo de cooperação com o Centro Regional de Segurança Social de Braga, de acordo com os objetivos na norma II do Despacho Normativo nº 387/80.

	31/12/2018	31/12/2017
Subsídios á Exploração		
Segurança Social	150.419,31	171.262,32
Segurança Social - PEDEP	32.260,56	34.715,40
Outras entidades	3.515,11	0,00
	186.194,98	205.977,72

O reforço da cooperação com a Segurança Social, ainda que com uma variação negativa do número de utentes registados nas respostas sociais disponibilizadas pela Associação durante o ano letivo 2017/2018, resulta em 2017 com o recebimento e rendimento dos apoios previstos no âmbito do PEDEP até ao ano letivo 2017/2018.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

10. Fornecedores e Outras Contas a Pagar

10.1. Fornecedores

O detalhe dos fornecedores no final dos exercícios de 2018 e 2017 apresentam-se no quadro seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores Partes Relacionadas	69.501,15	34.717,20
Fornecedores Gerais	3.927,21	2.796,79
	73.428,36	37.513,99

10.2. Outras Contas a Pagar

A rubrica de outras contas a pagar inclui o financiamento externo obtido no âmbito do projeto de investimento, melhoramento e alargamento da capacidade instalada da Creche iniciado em 2016. Inclui também os credores por acréscimos de gastos, nomeadamente, a especialização de férias e subsídio de férias.

A entidade reconhece os direitos adquiridos dos trabalhadores referentes a férias e subsídios de férias, pelo trabalho prestado no ano de 2018 na rubrica de outras contas a pagar. Estes valores serão pagos no ano de 2019, no correspondente período de férias dos trabalhadores.

Os valores em outras contas a pagar repartem-se como a seguir se indica:

	31/12/2018	31/12/2017
Financiamento de entidades externas	160.000,00	125.000,00
Credores por Acréscimos de Gastos	38.937,76	38.278,89
	198.937,76	163.278,89

10.3. Diferimentos de Passivos

Os diferimentos incorporam os valores a reconhecer como proveitos das inscrições do Ano letivo 2018/2019.

	31/12/20187	31/12/2017
Rendimentos a reconhecer	4.859,77	4.171,05

11. Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica apresenta a seguinte constituição:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Imposto s/ rendimento	-	-
Passivo		
Retenções na fonte	(3.515,98)	(4.153,92)
Contribuições p/ segurança social	(9.414,08)	(9.614,00)
	(12.930,06)	(13.767,92)
	(12.930,06)	(13.767,92)

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1. Réditos

As vendas da entidade, que incluem a venda de fardamento: batas, fatos de treino e chapéus, que são adquiridos pelos pais dos utentes da entidade.

As prestações de serviços incorporam as mensalidades, material escolar e taxa de matrícula e seguro bem como atividades de coadjuvação.

	2018	2017
Vendas	2.534,00	2.277,50
Prestações de Serviços	138.238,62	126.293,26
	140.772,62	128.570,76

13.2. Fornecimentos e Serviços Externos

	2018	2017
Eletricidade	6.994,79	10.271,83
Gás	2.160,01	2.543,00
Honorários	9.563,42	9.366,59
Refeições	64.714,97	61.299,76
Serviços diversos	35.049,17	31.350,86
	118.482,36	114.832,04

13.3. Gastos com Pessoal

O número de colaboradores ao serviço da empresa no final de 2018 era de 14.

	2018	2017
Remunerações	220.638,77	207.887,45
Encargos obrigatórios:		
Taxa social única	48.954,41	45.804,37
Seguros acidentes de trabalho	2.361,33	1.947,88
Fardamento e outros gastos	-	1.696,29
	271.954,51	257.335,99

13.4. Outros Rendimentos e Ganhos

	2018	2017
Injunções	-	500,00
Outros rendimentos	327,34	3.000,00
	327,34	3.500,00

13.5. Outros Gastos e Perdas

	2018	2017
Correções relativas a períodos anteriores:		
Outras (gastos 2017)	1.791,41	-
Quotizações	198,00	198,00
	1.989,41	198,00

13.6. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Caldas da Saúde, 29 de Outubro de 2019

A Contabilista Certificada

A Direção

ASSOCIAÇÃO
PRÓ-INFÂNCIA
NUNO ÁLVARES

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE FINAL DE EXERCÍCIO

Nos termos do disposto no n.º 6 do Artigo 12.º do Código Deontológico dos Contabilistas Certificados, emite-se a presente declaração a pedido do contabilista certificado Filipa Joana Branco da Silva, cédula profissional n.º 62736, a quem compete planificar, organizar, coordenar a execução da contabilidade e assumir a responsabilidade pela regularidade técnica, nas áreas contabilística do **Associação Pró-Infância Nuno Alvares**, NIF 500 988 706 do exercício fiscal 2018,

Para o efeito, declara-se como é nosso dever que:

Não foram omitidos quaisquer documentos ou informações relevantes com efeitos na contabilidade e na verdade fiscal, designadamente:

- Não foram ocultados, omitidos, viciados ou destruídos documentos de suporte contabilístico ou sonegada informação que tenha influência direta na situação contabilística e fiscal da entidade;

- Foram transmitidos todos os compromissos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes que afetam a situação da entidade;

- A entidade não tem nenhum litígio ou conflito esperado com qualquer entidade para além dos divulgados nas demonstrações financeiras;

- Não existem acordos em quaisquer instituições envolvendo compensações de saldos, restrições de movimentos de dinheiro ou linhas de crédito, para além dos divulgados;

- As despesas não documentadas terão a correspondente penalização fiscal;

- Não existem irregularidades envolvendo os órgãos sociais que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras;

- Não temos projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações da entidade;

- Todas as situações que possam afetar as demonstrações financeiras e fiscais foram comunicadas em devido tempo;

- Foram prestados todos os esclarecimentos solicitados pelo contabilista certificado.

Caldas da Saúde, 6 de junho de 2019

A Direção

Apartado 1 – CALDAS DA SAÚDE - 4784-907 AREIAS STS
Tlf. 252 830 900 – Fax 252 830 999 - e-mail: info@aproinfancia.pt | www.aproinfancia.pt